



**Informação nº:** 221/2015 – SECONT/3ªDICONT

Brasília (DF), 07 de julho de 2015.

**Processo nº:** 28.563/2007 (03 volumes).

**Apenso nº:** 390.000.554/23007 (02 volumes)

**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal – SEDUMA, atual Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do DF – SEGETH.

**Assunto:** Tomada de Contas Especial

**Valor envolvido:** R\$ 68.169,89<sup>1</sup> (atualizado até 25/07/2013)

**Ementa:** Tomada de Contas Especial. Decisão nº 1419/2014. Defesa improcedente. Interposição de recurso. Análise. Pelo improvimento e cientificação.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela então Corregedoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, para apurar possíveis prejuízos causados ao erário na execução do Contrato nº 05/2000, firmado entre o extinto IDHAB e a Construtora Borges Teixeira Ltda., para construção de 11 unidades habitacionais no Projeto Vila Tecnológica do Distrito Federal (fls. 1/11).

---

<sup>1</sup> Decisão nº 1419/2014 (fl. 500)



2. O c. Plenário, por meio da Decisão nº 1.419/2014 (fl. 500), deliberou, dentre outras, por:

*“I - considerar:*

*a) procedentes os argumentos de defesa do Sr. ABÍLIO DE SOUZA SUCUPIRA;*

*b) improcedentes os argumentos de defesa do Sr. RAIMUNDO GUANABARA JÚNIOR e da CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA Ltda.;*

*c) nos termos do § 3º do art. 13 da LC nº 01/94, revel, para todos os efeitos, a Sra. GLORIA REGINA ROSA;*

*II - cientificar o Sr. RAIMUNDO GUANABARA JÚNIOR e a CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA Ltda. para que efetuem, solidariamente, no prazo de 30 (trinta) dias, o recolhimento aos cofres do Distrito Federal do valor de R\$ 68.169,89 (sessenta e oito mil, cento e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos), atualizado em 25/07/2013, em razão do pagamento por serviços não executados no Contrato nº 005/2000, firmado entre o então IDHAB e a Construtora Borges Teixeira Ltda., bem como a Sra. GLÓRIA REGINA ROSA, no valor de R\$ 23.021,91(vinte e três mil, vinte e um reais e noventa e um centavos), atualizado até 25/07/2013;”*

3. Inconformada com a deliberação deste Tribunal, a CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA Ltda. interpôs recurso de reconsideração com relação à Decisão nº 1.419/2014. Por meio da Decisão nº 5.230/2014 (fl. 527), o TCDF deliberou por conhecer a referida peça e conceder o respectivo efeito suspensivo.

#### **4. DO RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO**

##### **Argumento**

4.1. O advogado da **CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA Ltda.** (fl. 512) alegou que houve a prestação do serviço e a ocorrência de prejuízo para a empresa gerado pela inércia da Administração.

##### **Análise**

4.1.1. A simples alegação de que houve a prestação do serviço contratado não deve ser suficiente para descaracterizar o prejuízo, ainda mais quando o Relatório da Situação Atual e Pendências (fls. 31/51 do Processo nº 390.000.554/2007), elaborado pela então Secretaria de Estado de



Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF - SEDUH, apontou a não execução avaliada em R\$ 30.395,03.

4.1.2. Não houve a demonstração do alegado prejuízo indicado pelo advogado da recorrente.

### **Argumento**

4.2. O advogado da **CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA Ltda.** alegou que (fls. 513/517) a utilização do 'sistema hi-tech' não trouxe prejuízo à obra. Alegou, ainda, que a utilização da tecnologia "sistema monolítico" não era regra única, cabendo servir-se de outra, desde que preenchidos os requisitos do edital.

### **Análise**

4.2.1. Esta TCE não questiona a substituição do sistema monolite pelo hi-tech, muito pelo contrário, a Informação nº 83/11 – 3ª ICE/Divisão de Contas (fls. 161/172) argumentou, no tópico 'Da tecnologia empregada na construção das unidades habitacionais' (fls. 168/169), que *"a suposta divergência de tecnologia não teve o seu impacto financeiro mensurado na fase interna da TCE. Em face das observações acima, entendemos que a falha não enseja a adoção de providências pela Corte, porquanto eventual discrepância existente entre os custos de produção não repercutirá significativamente no valor do prejuízo apurado nestes autos."*

4.2.2. Em cota complementar, o Diretor da 3ª ICE (fls. 173/175) indicou o valor do prejuízo identificado como sendo o relativo ao pagamento de serviço não executado, no montante de R\$ 30.472,58 (valor em 2001) e não quanto à utilização de metodologia diversa na construção.

4.2.3. Desta forma, a alegação apresentada não enfrenta a questão tratada nesta TCE.

### **Argumento**



4.3. O advogado da **CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA Ltda.** informou (fl. 517) que: o contrato somente foi assinado em 26/01/2000, com valores defasados, a ordem de serviço foi emitida em 14/02/2000, sendo iniciada no mesmo dia e paralisada 6 dias depois, em 20/02/2000; somente foram repassados o pagamento da 1ª medição em 09/05/2000 e iniciou-se os trabalhos em 10/05/2000, sendo feita a 1ª medição em 30/05/2000, a paralisação da obra em 31/05/2000 e o pagamento ocorrendo somente em 16/08/2000; em 17/11/2000, a recorrente encaminhou ao IDHAB ofício expondo os motivos da paralisação da obra; em 28/11/2000 houve o empenho do contrato e o reinício das obras; a 2ª medição ocorreu 30 dias após o reinício das obras; e, em março de 2001 ocorreu a 3ª medição. A recorrente encaminhou pedido de readequação contratual, o qual não obteve resposta, ocasionando nova paralisação em 04/04/2001. Com a apresentação destes fatos, o advogado interrogou: a recorrente, diante da inércia da administração, deveria mover ação judicial questionando a quebra contratual?

### **Análise**

4.3.1. Os fatos apontados poderiam, a princípio, gerar adequação contratual com relação ao valor contratado, mas nunca, a paralisação da obra e/ou sua inexecução parcial, tendo em vista que a construção visava o interesse público. Tanto é verdade que a Administração, após a desistência da recorrente, firmou outro ajuste para terminar a execução da obra em comento.

4.3.2. Mesmo entendendo como verídicos os fatos apresentados, sem suporte documental, a recorrente recebeu recursos públicos além do efetivamente executado, não cabendo alegar morosidade da Administração.

### **Argumento**

4.4. Por fim, o advogado da **CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA Ltda.** alegou que (fl. 521) todas as medições foram atestadas pela fiscalização.



## **Análise**

**4.4.1.** Os responsáveis pelas medições das etapas da obra também foram considerados solidários com o prejuízo identificado nesta TCE, tendo em vista que os atestados não condiziam com a realidade, conforme Relatório da Situação Atual e Pendências (fls. 31/51 do Processo nº 390.000.554/2007), elaborado pela então SEDUH, que apontou a execução parcial da obra.

**4.5.** Da análise das razões recursais apresentadas pela CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA Ltda., somos pelo não provimento.

## **5. OUTRAS CONSIDERAÇÕES**

**5.1.** O Tribunal, por meio da Decisão nº 1.419/2014 (fl. 500), deliberou, dentre outras, por:

***II - cientificar o Sr. RAIMUNDO GUANABARA JÚNIOR e a CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA Ltda. para que efetuem, solidariamente, no prazo de 30 (trinta) dias, o recolhimento aos cofres do Distrito Federal do valor de R\$ 68.169,89 (sessenta e oito mil, cento e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos), atualizado em 25/07/2013, em razão do pagamento por serviços não executados no Contrato nº 005/2000, firmado entre o então IDHAB e a Construtora Borges Teixeira Ltda., bem como a Sra. GLÓRIA REGINA ROSA, no valor de R\$ 23.021,91(vinte e três mil, vinte e um reais e noventa e um centavos), atualizado até 25/07/2013;***

**5.2.** O Sr. RAIMUNDO GUANABARA JÚNIOR recebeu a Cientificação nº 028/2014 – SECONT/GAB (fl. 504) em 03/07/2014 e a Sra. GLÓRIA REGINA ROSA recebeu a Cientificação nº 030/2014 – SECONT/GAB (fl. 506) em 16/06/2014. Não há nos autos qualquer manifestação desses cidadãos, seja interpondo Recurso de Reconsideração ou seja apresentando os comprovantes de recolhimento dos ressarcimentos imputados pela decisão supra.

**5.3.** O efeito suspensivo, conferido pela Decisão nº 5.230/2014 (fl. 527), somente atingiu a recorrente, ou seja, a CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA Ltda.



5.4. Considerando a possibilidade de ressarcimento integral pela referida construtora, somos por propor o julgamento irregular das presentes contas em momento oportuno.

## **6. CONCLUSÃO**

6.1. Da análise realizada nesta instrução, podemos concluir pelo não provimento do recurso de reconsideração interposto pela CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA Ltda., mantendo os termos da Decisão nº 1.419/2014.

6.2. Desta forma, a CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA Ltda. deverá responder pelo montante integral do débito apurado, R\$ 76.529,71 (atualizado até abril/2015 – fl. 532), conforme tabela a seguir.

Valor do Prejuízo (25/07/2013)	Atualização	Valor do Prejuízo (2015)
R\$ 68.169,89	R\$ 8.359,82	R\$ 76.529,71

6.3. Se a comprovação do ressarcimento não ocorrer, a construtora, assim como os responsáveis solidários, na próxima fase, poderão ter suas contas julgadas irregulares, consoante artigo 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar nº 01/94, tendo em vista a prática de ato de gestão ilegal e antieconômico que gerou prejuízo ao erário, podendo, ainda, ser passível a aplicação da penalidade prevista no artigo 20 da LC nº 01/94.

## **7. SUGESTÕES**

Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

- I. negue, no mérito, provimento ao recurso de reconsideração interposto pela CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA Ltda. contra a Decisão nº 1.419/2014;
- II. por conseguinte, cientifique a construtora citada no item anterior para que comprove o recolhimento, em novo prazo de 30 (trinta) dias, aos cofres distritais, do valor do prejuízo identificado, no



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS

Fl.: 539

Proc.: 28563/07

Rubrica

montante de R\$ 76.529,71 (atualizado até abril/2015), atualizado monetariamente;

- III. autorize a devolução do feito à Secretaria de Contas para as providências de estilo.

À superior consideração.